



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

Audiência Pública na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal

Esclarecimentos da ANP sobre as matérias objeto da CPI

Haroldo Lima
Diretor Geral

Brasília, 18 de agosto de 2009



1. Introdução

Os dois esclarecimentos pedidos pela CPI

2. Fundamentos legais da atuação da ANP nas duas questões levantadas

2.1. A Conta Petróleo, o pagamento de subsídios e a atribuição da ANP

2.2. “Royalties” e outras participações governamentais

3. O primeiro esclarecimento: as pendências com quatro Sindicatos produtores

3.1 Preliminares

3.2 Pedido administrativo e Ação judicial dos Sindicatos contra a ANP

3.3 A proposta de Acordo judicial

3.4 Tramitação no MPF, TCU e homologação do acordo

3.5 Tramitação no MME, AGU, MPOG e Congresso Nacional

3.6 Liberação de créditos e o pagamento aos Sindicatos

4. O segundo esclarecimento: “royalties” e participações governamentais em casos determinados

4.1 A PE do campo de Marlim

4.2 Pedidos de enquadramento ou revisão de cálculos

4.3 O enquadramento do município de Angra dos Reis e outros pedidos

5. Comentários finais



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

1. Introdução



Os dois esclarecimentos pedidos pela CPI:

- 1) “Denúncias do MPF sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros;”
- 2) “Denúncias de desvios de dinheiro dos royalties do petróleo, apontados pela “Operação Royalties”, da Polícia Federal.”

(Requerimento n. 569 de 2009)

• Observações

- ✓ Sobre as “denúncias do MPF”: a ANP, neste momento, não é objeto de nenhuma denúncia do MPF;
- ✓ Sobre as “denúncias da ...Operações Royalties”: a ANP não recebeu nenhuma notificação sobre a existência da citada operação;
- ✓ Sobre as matérias citadas: apresentaremos a seguir esclarecimentos específicos.



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

2. Fundamentos legais da atuação da ANP nas duas questões levantadas



2.1 A Conta Petróleo, o pagamento de subsídios e a ANP

- **A Conta Petróleo**

- ✓ **criada** pela Lei nº 4.452, de 05/11/1964 (Governo Castello Branco) e modificada em legislação complementar;
- ✓ **recebia** créditos de alíquotas estabelecidas pelo Ministério da Fazenda, sobre os preços dos combustíveis;
- ✓ **pagava** ressarcimentos de fretes de derivados e subsídios diversos;

- **Objetivos**

- ✓ equalizar os preços dos derivados de petróleo no território nacional
- ✓ sustentar políticas que garantissem competitividade ao setor sucroalcooleiro.

- **Funcionamento da Conta**

- ✓ os recursos eram da União;
- ✓ a PETROBRAS atuava como agente financeiro;
- ✓ o CNP e, após março de 1990, o DNC eram os agentes administrativos. ⁶



2.1 A Conta Petróleo, o pagamento de subsídios e a ANP (cont.)

A Lei nº 9.478/1997

- ✓ transferiu para a ANP as atribuições e obrigações do DNC, passando a **Agência a ser o agente administrativo da Conta Petróleo**
- ✓ definiu a transição para preços livres em toda a cadeia de combustíveis, a partir de 31.12.01
- ✓ previu para a mesma data o encerramento da geração de recursos (Parcela de Preço Específico - PPE) para a Cta Petróleo
- ✓ determinou o **Encontro de Contas** entre a União e a PETROBRAS

A Lei nº 10.742/2003

- ✓ estabeleceu a data limite de 30.06.04 para o Encontro de Contas;

Durante a transição (até 31.12.01)

- ✓ a ANP comunicava à Petrobras os valores devidos de **ressarcimentos de frete** e de **subsídios** a serem lançados na Conta Petróleo

Após a transição

- ✓ a ANP passou a administrar as **pendências da Conta Petróleo**, como agente administrativo



2.2 As Participações Governamentais na produção de petróleo e gás

- A Lei 9.478/97 definiu, entre as **Participações Governamentais** sobre a renda gerada pela produção de petróleo e gás:
 - ✓ Royalties 10% (podendo ser reduzido até 5%) do valor do petróleo e gás produzidos, pago mensalmente, sob critérios definidos pelos Decretos nº 1/91 e nº 2.705/98;
 - ✓ Participação Especial (PE) – regulado para pagamento adicional sobre a produção de campos com grande volume de produção (critérios definidos no Decreto nº 2.705, de 03/08/1998).



2.2 As participações governamentais na produção de petróleo e gás (cont.)

- Procedimentos da ANP referentes a **Royalties**:
 - atualiza mensalmente o preço de referência do petróleo, de acordo com o preço internacional do óleo, o câmbio e a qualidade do petróleo de cada campo;
 - calcula o valor dos royalties a serem pagos por cada campo;
 - especifica o valor de royalties devidos à União, Estados e Municípios, de acordo com a distribuição estabelecida nos Artigos 48 e 49 da Lei 9.478/97 e com os critérios estabelecidos pelos Decretos n. 1/91 e n. 2.705/98;
 - dá ampla publicidade desses cálculos e valores devidos a cada beneficiário através do site da ANP na internet.

Observações

- A ANP não recebe valores, apenas define os valores (a serem recolhidos por cada concessionário) e sua destinação final;
- Os concessionários recolhem à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e encaminham os demonstrativos dos cálculos à ANP, que os audita.



2.2 As participações governamentais na produção de petróleo e gás (cont.)

- Procedimentos da ANP referentes à **Participação Especial**
 - ✓ levantamento do volume de petróleo e gás produzidos nos campos de grande produção e dos preços de referência de cada campo (receita bruta)
 - ✓ cálculo da receita líquida, obtida a partir da receita bruta descontadas as despesas dedutíveis
 - ✓ cálculo dos valores finais (alíquotas progressivas definidas pelo Dec. nº 2.705/98)
 - ✓ distribuição aos beneficiários (critérios estabelecidos pelo Art.50 da Lei 9.478/97)

Observações

- ✓ Os concessionários recolhem a PE junto à STN e encaminham os demonstrativos dos cálculos à ANP, que os audita;
- ✓ A STN repassa aos beneficiários os valores depositados.



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

3. O primeiro esclarecimento

As pendências com quatro Sindicatos de produtores

3.1 Preliminares

- **A criação do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool – CIMA** (Dec. Pres. s/nº de 21/08/97, do Pres. Fernando Henrique Cardoso)
- **A criação de três subsídios para o álcool combustível, pela Resolução nº 10/99 do CIMA:**
 - para a “Competitividade”: manter competitividade do álcool hidratado com a gasolina.
 - para a “Equalização”: equalizar custos de produção da cana-de-açúcar nos Estados do ES, GO, MT, MS, MG, PA, RJ e TO com os da região produtora SP / PR
 - para a “Regra de saída”: compensar as condições desfavoráveis de comercialização da produção de álcool etílico combustível dos Estados do MT e MS

Observações:

subsídios: em R\$ / litro de álcool comercializado

destes subsídios, apenas os dois últimos são pertinentes ao assunto em tela.

3.1 Preliminares (cont.)

A ANP e os subsídios:

- Portarias da ANP (nºs 109, 138, 160 e 177 de 1999) fixaram as alíquotas dos subsídios, em cumprimento à Res. nº 10/99 do CIMA
- a Portaria 177/99 **extinguiu o subsídio da competitividade**, por autorização do CIMA (Res. nº 15/99);
- A Portaria Nº 83/00 **extinguiu o subsídio de equalização ao álcool anidro;**
- A Portaria nº 301/01 **extinguiu os subsídios de equalização do álcool hidratado e de “regra de saída”**
- A ANP suspendeu pagamentos de subsídios com **fato gerador** posterior ao final do período de transição (31/12/2001).



3.2 Solicitação administrativa e ação judicial dos Sindicatos contra a ANP

- **Solicitação administrativa**

- ✓ Após vários pleitos, em 23/03/2004, os Sindicatos representantes de produtores de MT, MS, MG e GO protocolaram um **requerimento na ANP**, pleiteando o pagamento de R\$ 216.982.527,31, referentes a subsídios nos anos de 2002, 2003 e jan/2004.

A ANP não atendeu ao pleito dos Sindicatos, tendo em vista as Portarias, então em vigor, que extinguiram os referidos subsídios

- **Ação judicial contra a ANP**

- ✓ Iniciada em 11/05/2004
- ✓ Processo nº. 2004.34.00.015909-5, 3ª. Vara da Justiça Federal /DF
- ✓ Pleito: que o Juiz determine à ANP que oficie à PETROBRÁS para que depositasse cautelarmente, em juízo, R\$ 216.982.527,31, face ao iminente encerramento da Conta Petróleo;
- ✓ Questionava a legalidade das Portarias 83/2000 e 301/2001



3.2 Solicitação administrativa e ação judicial dos Sindicatos contra a ANP (cont.)

- Decisão nº 394 da Justiça Federal, de 01/06/2004
- ✓ determinou à ANP, em antecipação de tutela, “*o bloqueio na Conta Petróleo do valor referente ao subsídio de ‘equalização’ do álcool anidro*”: R\$ 123.031.786,98
- Decisão nº 476 da Justiça Federal, de 17/06/2004, também em caráter liminar (frente a embargos de declaração)
- ✓ determinou também a ANP “*o bloqueio na Conta Petróleo do valor referente ao subsídio de ‘equalização’ de álcool etílico hidratado (...) e do valor referente ao subsídio ‘regra de saída’*”, completando um **total** de **R\$ 216.982.527,31**
- ✓ considerou ilegais as Portarias ANP nº 83/2000 e 301/2001
- ✓ determinou **que a ANP analisasse o pleito administrativo.**



3.2 Solicitação administrativa e ação judicial dos Sindicatos contra a ANP (cont.)

Providências da ANP

- enviou ofício à PETROBRÁS, em 21/06/2004, solicitando o bloqueio de R\$ 216.982.527,31 na Conta Petróleo;
- a Procuradoria Geral Federal na ANP, face à Decisão Judicial, reavaliou a Portaria 301/2001 e concluiu que a mesma

“estava eivada parcialmente de vícios”

em razão do que iniciou sua alteração, no que resultou na Resolução ANP nº 43, de 30/11/2004.

Observação: Os vícios identificados estavam relacionados com o fato da ANP não possuir competência para extinguir subsídios criados por Conselho Interministerial, o CIMA



3. As pendências com quatro sindicatos de produtores

3.3 O encaminhamento do acordo judicial

- a Diretoria Colegiada da ANP:
- ✓ **encaminhou, em 21/12/2004**, o pleito dos Sindicatos à Auditoria Interna para a certificação do valor.
- ✓ **aprovou, em 12/01/2005**, a certificação da Auditoria Interna no valor de R\$ 178.435.829,01 (apurado pela Superintendência de Abastecimento), em vez de R\$ 216.982.527,31 pleiteado pelos autores da ação;
- ✓ acatou a recomendação da Procuradoria Geral Federal na ANP para que se buscasse um acordo judicial, já que em razão do vício identificado na Portaria nº 301/01, a resistência da ANP às pretensões dos autores ficou prejudicada;
- ✓ **autorizou, em 17/11/2005**, ao Procurador Geral Federal na ANP a celebrar Acordo Judicial com os Sindicatos.



3.3 O encaminhamento do acordo judicial (cont.)

Teor do Acordo

- os Sindicatos
 - ✓ aceitam reconhecer a dívida pelo seu valor histórico de R\$ 178.435.829,01 em vez do valor corrigido (até a inicial da Ação) de R\$ 216.982.527,31, com diferença de R\$ 38,5 milhões, em favor da União;
 - ✓ renunciam: - ao direito sob o qual se funda a ação, dando-a por extinta, e
- a qualquer tipo de juros ou atualização.
- a ANP
 - obriga-se a solicitar, **fora de seu próprio orçamento**, recursos orçamentários para quitação da dívida

Em 13/09/2005, as partes encaminham a proposta de Acordo judicial à Justiça Federal



3.4 Tramitação no MPF, TCU e homologação do acordo

- em 21/09/2005, o Juiz Federal da 3ª Vara/DF intimou o Ministério Público Federal – MPF a se manifestar sobre a proposta de Acordo.
- em 28/10/2005, o MPF requer ao Juiz que determine ao Tribunal de Contas da União – TCU a auditoria dos valores apontados pela ANP **relativos aos subsídios de regra de saída.**
- em 08/05/2006, atendendo requerimento do MPF, o Juiz encaminhou cópia dos autos ao TCU para manifestação sobre os valores propostos no acordo quanto a **ambos subsídios** (equalização e regra de saída).



3.4 Tramitação no MPF, TCU e homologação do acordo (cont.)

- em 08/11/2006 o Acórdão do TCU n. 2074/2006, enviado ao Juiz afirma que

“...após análise dos dados enviados, em conjunto e em confronto com as informações apresentadas pela ANP e pelo MAA, não foram encontrados indícios de irregularidades no cálculo do valor dos subsídios de equalização e da regra de saída realizados pela Superintendência de Abastecimento da ANP, cujo valor perfaz R\$ 178.435.829,01”.

- em 11/12/2006 o Juiz Federal da 3ª Vara/DF, por meio da Sentença n. 824/2006-B homologou o Acordo Judicial

“(...) para que dele surtam os jurídicos e legais efeitos, com resolução de mérito”.

- em 26/01/2007, a sentença que homologou o acordo transitou em julgado.



3.5 Tramitação no MME, AGU, MPOG e Congresso Nacional

- A ANP, após o trânsito em julgado, enviou ofício ao MME, em 30/08/2007, solicitando:

“(...) esforços junto à Secretaria de Orçamento Federal para a abertura de Crédito Especial no valor total de R\$ 178.435.829,01”.

A partir de então, o processo passou a tramitar fora do âmbito da ANP, nos MME, AGU e MPOG



3.5 Tramitação no MME, AGU, MPOG e Congresso Nacional (cont.)

- Em 14/01/08, a AGU, em resposta a questionamentos levantados pela Consultoria Jurídica do MME, convalidou o acordo acentuando que:

“(...) as apontadas infrações de natureza legal não passaram de infundada suspeita, inexistindo razão, para, por elas, desautorizar o processo”

- Quanto à **exigência de pagamento por precatórios** (art. 100 da Constituição), o mesmo parecer afirma:

“A exigência diz respeito tão somente aos pagamentos devidos em razão de “sentença judiciária”. É o que diz a Constituição nesse artigo. Mas, in casu, estamos diante de acordo realizado antes de qualquer sentença, e que, só posteriormente, foi homologado. Portanto o art. 100 da Constituição não constitui óbice ao acordo.”

- Este parecer do Consultor da União Miguel Pró de Oliveira Furtado, foi aprovado pelo Consultor Geral da União substituto, João Francisco de Aguiar Drumond e, por fim, pelo Advogado Geral da União, Ministro José Antônio Dias Tóffoli.



3.5 Tramitação no MME, AGU, MPOG e Congresso Nacional (cont.)

- Em 11/06/2008 o **MPOG** encaminhou Projeto de Lei ao Congresso Nacional, solicitando abertura de crédito especial em favor do MME, no valor de **R\$ 178.435.829,01**.
- O Congresso Nacional aprovou a Lei n. 11.748 em 26/06/2008;
- O Presidente da República sancionou a Lei em 21/07/2008;
foi assim aberto crédito especial, no orçamento da União, no valor global de R\$ 616.085.832,00 ao MME e MT, para atender, entre outros,
à “...cobertura de saldo remanescente da Conta Petróleo devido pela União no valor de R\$ 178.435.832,01.”



3.6 Liberação de créditos e o pagamento aos Sindicatos

- Em 20/10/2008, foram creditados R\$ 60 milhões na conta da ANP.
 - ✓ após verificar a regularidade fiscal de cada Sindicato, os recursos disponibilizados foram pagos proporcionalmente a cada Sindicato em 29/10/2008.
- Em 22/12/2008, foram creditados os R\$ 118.435.832,01 restantes na conta na ANP.
 - ✓ após verificar a regularidade fiscal de cada Sindicato, os recursos disponibilizados foram pagos proporcionalmente para cada Sindicato em 22/12/2008.



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

4. O segundo esclarecimento: Royalties e Participação Especial em casos determinados



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

4. Royalties e PE em casos determinados

4.1 A PE do campo de Marlim

- Gastos dedutíveis no cálculo da participação especial (Lei 9.478/97, Dec. 2.705/98 e Portarias ANP 10/99 e 102/99):
 - Bônus de Assinatura;
 - Gastos com exploração;
 - Gastos no desenvolvimento do campo;
 - Gastos na operação do campo;
 - Obrigações incidentes nas atividades de E&P:
 - ✓ Royalties;
 - ✓ Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área;
 - ✓ Pagamento aos Proprietários de Terra;
 - ✓ 1% da Receita Bruta investido em P&D.
- Gastos não dedutíveis: **financiamentos**.

Em Marlim: despesas do Project Finance (projeto estruturado) foram deduzidas pela Concessionária



4. Royalties e PE em casos determinados

4.1 A PE do campo de Marlim (cont)

- Em 16/08/2006 a Diretoria Colegiada da ANP, por meio da Res. 267/2006:
 - ✓ homologou Relatório Técnico certificando, até o primeiro trimestre de 2006, o valor adicional de R\$ 399.810.438,00 como o valor devido pela Petrobras a título de complementação do pagamento da PE do campo de Marlim;

Este valor foi recolhido à STN pela Petrobras



4. Royalties e PE em casos determinados

4.1 A PE do campo de Marlim (cont)

- Em 19/04/2007, o Estado do Rio de Janeiro (RJ) protocolou pedido solicitando que a ANP refizesse os cálculos, a partir do início dos projetos:

CPM - Cia. Petrolífera Marlim e NOVA MARLIM

- a Diretoria Colegiada remeteu o caso à Procuradoria Geral Federal na ANP, que **exarou parecer favorável ao pedido do RJ**
- PA elaborada pela Superintendência de Participações Governamentais (SPG) foi aprovada pela DC através da Res. n. 400/2007 de 03/07/2007:
- ✓ O valor do principal foi de R\$ 1.305.285.076,37;
- a concessionária recorreu à Justiça Federal contra esta cobrança;
- houve decisões favoráveis à ANP na 1ª. e 2ª. Instâncias.

O caso está sendo tratado pela Câmara de Conciliação da AGU

Está prevista a realização de próxima reunião para 24/08/2009



4. Royalties e PE em casos determinados

4.2 Pedidos de re-enquadramento ou revisão de cálculos

Ao receber solicitação formal para revisão de cálculos de royalties ou para re-enquadramento de municípios, a ANP:

No nível técnico

- Abre processo administrativo na SPG para avaliar a procedência do pedido;
- Consulta as concessionárias sobre as instalações em operação nos municípios;
- Realiza visitas técnicas para confirmação das informações em exame;
- Solicita, quando necessário, ao IBGE e aos órgãos estaduais responsáveis, posições sobre limites intermunicipais;
- Abre vistas do processo e manifestação aos municípios envolvidos na mudança;
- Submete o processo à Procuradoria Geral Federal na ANP;

No nível da Diretoria

- O Diretor, a quem a SPG está ligada, forma sua opinião e a encaminha à RD
- A DC, com um mínimo de três votos, conclui a matéria, que, aprovada, segue ao DOU;
- O IBGE é notificado da decisão, emite novo Relatório com municípios das Zonas de Produção Principal (ZPP), Secundária (ZPS) e Limítrofe (ZL), e oficia à ANP;
- A SPG então modifica sua base de dados e daí por diante passa a calcular os royalties de acordo com a alteração aprovada.



4. Royalties e PE em casos determinados

4.3 O enquadramento do município de Angra dos Reis e outros

- em outubro de 2006 foi protocolado na ANP pedido do Município de Angra dos Reis, que gerou o Processo n. 48610.010131/2006-47
- seguiu-se troca informações oficiais entre a ANP e a concessionária:
 - ✓ Ofício 493/2006/SPG da ANP
 - ✓ Ofício E&P-CORP 0117/2006 da Petrobras, atestando a existência de instalações relacionadas às plataformas P47, P48, P51 e P52 no Estaleiro Brasfels;
- a ANP realizou visita técnica às instalações;
- foi elaborado Relatório Técnico pela SPG, com fotos que, aliadas às informações oficialmente recebidas da Petrobras, mostram que **Angra possui os requisitos para enquadramento na ZPP-RJ**, quais sejam as 3 instalações de apoio às atividades de E&P: oficina, escritório e armazém.

4. Royalties e PE em casos determinados

4.3 O enquadramento do município de Angra dos Reis e outros (cont)

- com base nesse relatório, foi elaborada a PA n.73/2007 pela SPG;
- a Procuradoria Geral Federal na ANP manifestou-se favorável à PA; aprovada pela Diretoria Colegiada em 24/05/2007, através da Res. nº 300/2007;
- a ANP oficiou ao IBGE sobre o enquadramento de Angra na ZPP-RJ, para que homologasse tal decisão e elaborasse novo relatório com a relação dos municípios que compõe as ZPP, ZPS e ZL;
- o IBGE incluiu automaticamente mais 12 municípios na ZL-RJ, por serem da mesma mesorregião geográfica do Município de Angra: Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Parati, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Valença e Volta Redonda.

Todos os casos de enquadramento seguiram os mesmos procedimentos utilizados no município de Angra.



4. Royalties e PE em casos determinados

4.3 O enquadramento do município de Angra dos Reis e outros (cont)

- **Pedido de enquadramento de Vila Velha na ZPP-ES:**
 - ✓ feito através de ofício nº 540/2004GP da Prefeitura, de 08/10/2004
 - ✓ após os trâmites usuais já descritos, incluindo parecer da Procuradoria Geral Federal na ANP, a Diretoria Colegiada aprovou o pedido de enquadramento do município na ZPP-ES em 26/04/2005.
- **Pedido de enquadramento de Duque de Caxias na ZPP-RJ:**
 - ✓ feito através de ofício conjunto nº 001/2003 das Prefeituras de Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Cachoeira de Macacu e Silva Jardim
 - ✓ indeferido inicialmente, por não apresentar as condições necessárias;
 - ✓ uma nova unidade de produção de Duque de Caxias foi vistoriada e então o município cumpriu todas as condições necessárias (maio de 2007);
 - ✓ após os trâmites usuais e parecer da Procuradoria Geral Federal na ANP, a DC aprovou o pedido de enquadramento de Duque de Caxias na ZPP-RJ em 17/07/2007.



4. Royalties e PE em casos determinados

Uma observação funcional

Ao ser empossado, em 20/05/2005, o Diretor Victor Martins comunicou à Comissão de Ética Pública da Presidência da República:

1. o seu afastamento da gestão de sua empresa;
2. a existência do contrato com a Prefeitura de Vila Velha, ressaltando “*que os trabalhos desenvolvidos foram concluídos com a aprovação do pleito pela Diretoria Colegiada da ANP em 26/04/2005*”

✓ Mandatos do Diretor Victor Martins na ANP:

1º mandato: de 20 de maio de 2005 a 31 de março de 2006.

2º mandato: a partir de 7 de março de 2007 até o presente.



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

5. Comentários finais



Conclusões sobre o primeiro esclarecimento

- O Acordo Judicial **evitou ônus** para a União:
 - ✓ dívida quitada pelo seu valor nominal - cerca de R\$ 178 milhões, sem atualizações, juros e outros custos judiciais;
 - ✓ valor no início da Ação (maio de 2004): cerca de R\$ 217 milhões;
 - ✓ valor atualizado (junho de 2008): cerca de R\$ 267 milhões;

O Processo tramitou por órgãos do Executivo, Judiciário e Legislativo desde 23.03.2004 até 22.12.2008 (4 anos e 9 meses)

O valor final foi certificado pela Auditoria da ANP e verificado pelo TCU

O Acordo Judicial foi homologado pela Justiça Federal e apreciado pela AGU

Os recursos solicitados pelo MPOG foram aprovados em Lei do Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente da República.



Conclusões sobre o segundo esclarecimento

- O enquadramento de municípios para fins de recebimento de PG é um processo conduzido por área técnica especializada, avaliado juridicamente pela Procuradoria Geral Federal na ANP, decidido em reunião de Diretoria Colegiada, publicado no DOU;
- O processo prescinde de intervenção de empresas de serviços, basta que o município apresente formalmente seu pleito
- A ANP dá publicidade aos cálculos detalhados dos royalties em seu sítio na internet.

Trata-se de processo público e transparente



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

5. Comentários finais

Transparência Total dos Royalties disponível no sitio da

ANP Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis :: Windows Internet Explorer

http://www.anp.gov.br/participacao_gov/calculo.asp

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e ...

Legislação

Petróleo e Derivados

Gás Natural

Biocombustíveis

Conservação de Energia

Meio Ambiente

Fale com a ANP

- Rodadas de Licitações
- Participações Governamentais
- Conteúdo Local
- DCP
- Audiências e Consultas Públicas
- Investimentos em P&D/PRH-ANP
- BDEP
- Dados Estatísticos
- Fiscalização

Participações Governamentais » Cálculo dos Royalties

Cálculo dos Royalties

Os royalties incidem sobre a produção mensal do campo produtor. O valor a ser pago pelos concessionários é obtido multiplicando-se três fatores:

- (1) alíquota dos royalties do campo produtor, que pode variar de 5% a 10%;
- (2) a produção mensal de petróleo e gás natural produzidos pelo campo;
- (3) o preço de referência destes hidrocarbonetos no mês, como determinam os artigos 7º e 8º do Decreto nº 2.705/98, que regulamentou a Lei nº 9.478/97 (Lei do Petróleo).

$$\text{Royalties} = \text{Alíquota} \times \text{Valor da produção}$$

$$\text{Valor da produção} = V_{\text{petróleo}} \times P_{\text{petróleo}} + V_{\text{gn}} \times P_{\text{gn}}$$

Onde:

Royalties = valor decorrente da produção do campo no mês de apuração, em R\$

Alíquota = percentual previsto no contrato de concessão do campo

$V_{\text{petróleo}}$ = volume da produção de petróleo do campo no mês de apuração, em m³

$P_{\text{petróleo}}$ = é o preço de referência do petróleo produzido no campo no mês de apuração, em R\$/m³

P_{gn} = preço de referência do gás natural produzido no campo no mês de apuração, em R\$/m³

Além dos royalties, os concessionários estão sujeitos ao pagamento de Participação Especial, compensação financeira extraordinária estabelecida pela Lei do Petróleo para campos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, e ao pagamento pela ocupação ou retenção de área.

As tabelas a seguir apresentam as alíquotas e os beneficiários da distribuição dos royalties, conforme estabelecido na legislação pertinente:

Tabelas de Cálculo dos Royalties (Julho/2009)

- Valores por motivo de enquadramento
- Produção dos poços produtores terrestres
- Produção dos campos produtores terrestres
- Produção dos campos produtores na plataforma continental
- Percentuais médios de confrontação
- Rateio populacional
- Movimentação nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e/ou gás natural
- Municípios afetados por operações de embarque e desembarque de petróleo e/ou gás natural nas instalações marítimas
- Relatório de acertos
- Processos judiciais

Tabelas de meses anteriores

Escolha mês...

← **MÊS
ATUAL**

Em julho de 2007:

implantação do programa de

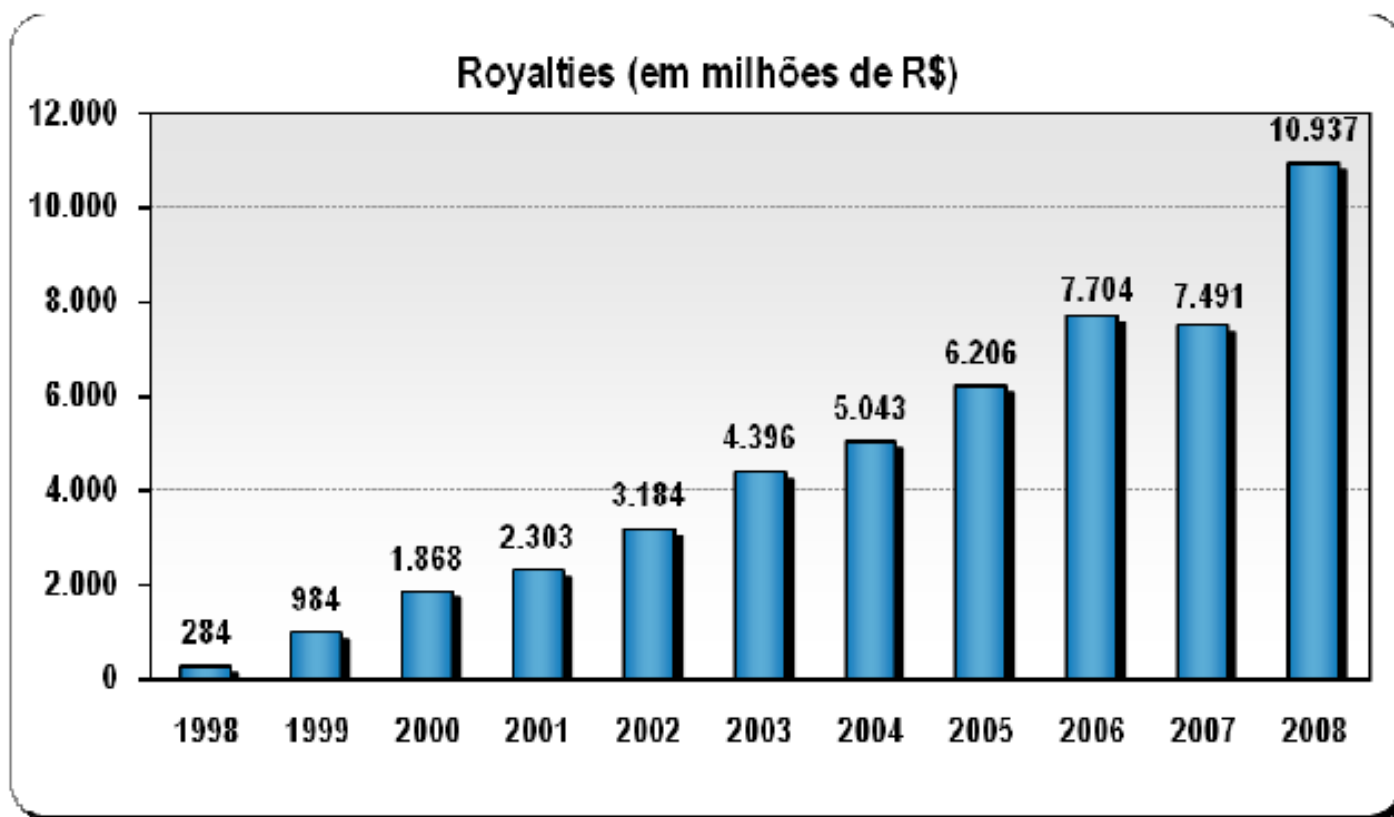
**Transparência Total nos
Royalties:**

- Todos os dados de entrada e saída são públicos;
- Pleno acesso na página eletrônica da ANP

← **MESES
ANTERIORES**

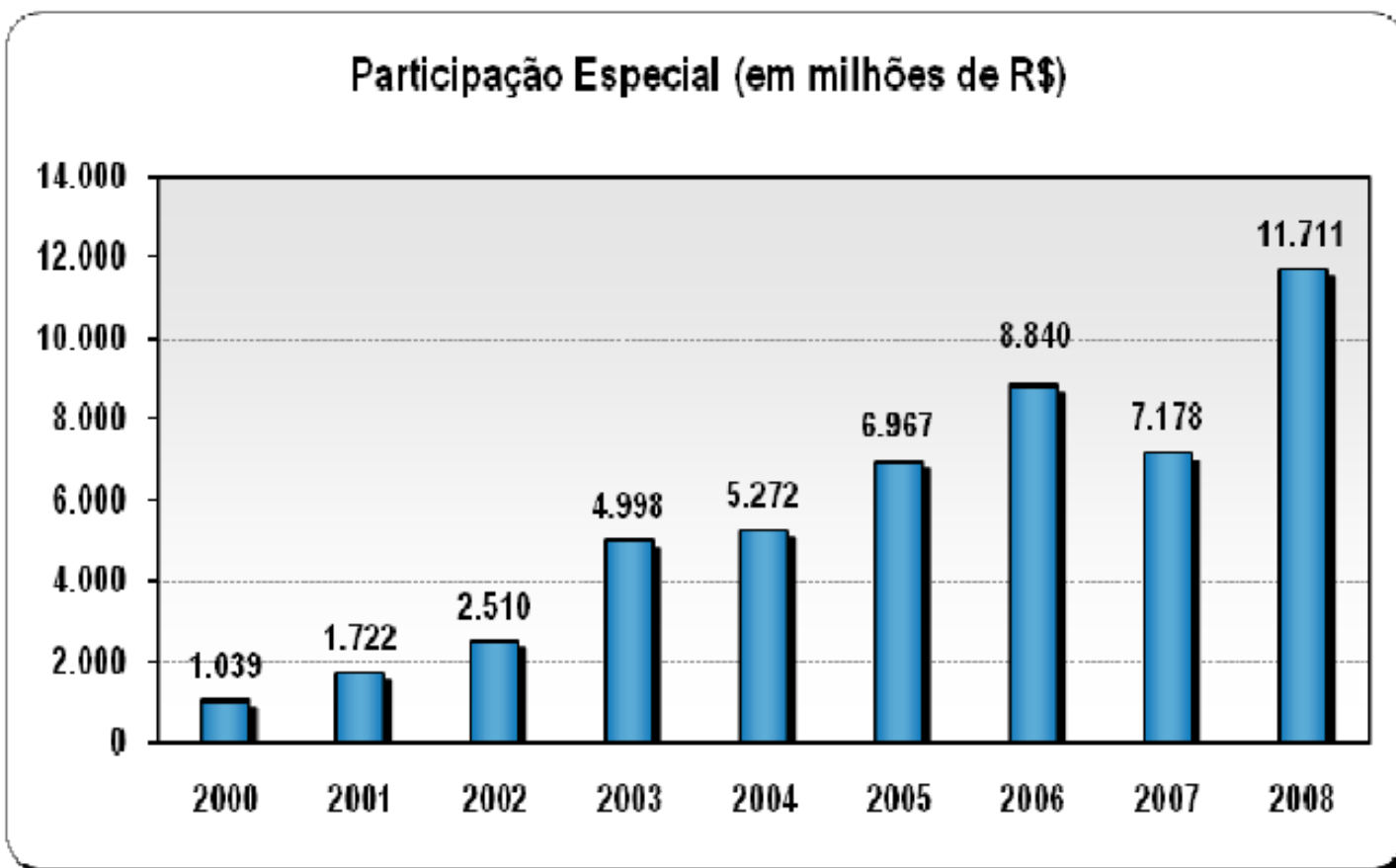


As participações governamentais na produção de petróleo e gás





As participações governamentais na produção de petróleo e gás





Desafios atuais – o Pré-Sal

- ✓ o modelo regulatório a ser adotado nessa área;
- ✓ como distribuir os benefícios para a sociedade;
- ✓ qual a destinação das participações governamentais;
- ✓ a criação de um Novo Fundo Social para financiar obras estruturais ou sociais;
- ✓ a criação de uma Nova Empresa Publica (100% estatal)

O Congresso Nacional em breve estará discutindo estas e outras questões de enorme relevância para o desenvolvimento do Brasil



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

OBRIGADO